



Índice

- 01** Rio dos Macacos: Manifestantes ocupam prédio da AGU em Salvador
- 02** Com direito à dança da chuva, UFC forma 1º turma de índios
- 03** Brejo dos crioulos: sem mais adiamentos e protelações
- 04** Comunidade Pataxó faz retomada em área de ocupação tradicional
- 05** Emater capacita índios Munduruku na produção de farinha e seus derivados
- 06** Funai inicia cadastro de moradores não índios em Mato Castelhana
- 07** Casas populares estão prestes a desabar, alerta vereador indígena
- 08** ONG leva livros para as comunidades ribeirinhas da Amazônia
- 09** "Há um longo caminho para que o direito do indígena seja garantido", diz Joênia
- 10** Exames vão apontar se índia foi estuprada
- 11** OIT questiona governo brasileiro sobre projetos em terras indígenas
- 12** ALMG é repudiada por não incluir MS nas discussões indígenas
- 13** Índios Pataxó expõem artesanato em VG
- 14** Índios Pataxó afirmam que vão resistir até o fim e não vão ceder as terras



Rio dos Macacos: Manifestantes ocupam prédio da AGU em Salvador

SÍTIO CEDEFES, 06.03.2013

O prédio da Advocacia Geral da União (AGU) em Salvador foi ocupado, na manhã desta quarta-feira (6), por cerca de 400 membros de movimentos sociais, a exemplo dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Sem Teto da Bahia (MSTB), Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros, além de moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos.

Os manifestantes reivindicam a desistência do processo contra a comunidade pela Marinha, a apresentação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área da comunidade, a abertura de negociação com o governo federal e outras questões referentes a direitos humanos e acesso a políticas públicas.

"A gente só vai sair daqui quando a desistência do processo for determinada pela AGU", avisou Mário Neto, residente na área, em entrevista ao Bahia Notícias, ao lembrar que os descendentes de escravos vivem na região desde 1900, conforme atestado por relatórios oficiais.

Viaturas das Rondas Especiais da Polícia Militar (Rondesp) chegaram ao local após denúncias de que funcionários da AGU seriam feitos reféns pelo grupo. Segundo a integrante da Marcha das Mulheres, Júlia Garcia, trabalhadores da AGU podem sair até do prédio, mas a saída de veículos está impedida até o fim das negociações.



Com direito à dança da chuva, UFC forma 1º turma de índios

SÍTIO TERRA, 06.03.2013

A primeira turma indígena do Ceará vai colar grau nesta quarta-feira (6) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao todo, são 36 índios da etnia tremembé de Almofala que cursaram o ensino superior desde 2006 e estarão presentes na solenidade na Concha Acústica da Reitoria da UFC, onde apresentarão uma dança da chuva.

Segundo o coordenador geral do curso, professor José Mendes Fonteles Filho (Babi), esse é o primeiro dos cursos de Licenciatura Intercultural criado no Nordeste e um dos pioneiros do país, sendo portanto o primeiro a possibilitar a formação em nível superior de uma turma de indígenas em uma universidade pública, o que faz da UFC uma referência nacional.

“Para a UFC, tem uma importância significativa, pois confirma que a universidade está procurando aproximar os povos, legitimando que a universidade pública buscando a inclusão social de povos antes excluídos”, considerou o coordenador. Ele ainda informou que os 36 índios chegam em Fortaleza somente para a colação de grau, nesta quarta.

Os alunos

Os concludentes da primeira turma do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS) são professores que já exercem desde 1997 o magistério nas escolas indígenas da etnia. “O critério de seleção para os alunos era já ser professor nas escolas tremembés e ser da mesma etnia. O projeto que luta pela sobrevivência enquanto povo indígena no Ceará. Propõe uma educação diferenciada de desdobramento e continuidade da luta pela terra. Oferece qualidade social e política”, explicou.

O curso

O MITS, denominado por eles de “Magistério Pé no Chão”, foi criado por iniciativa do povo tremembé, em parceria com a UFC, em 2006, e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, quando passou a receber recursos por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind). Passou a ser o primeiro curso da UFC específico para indígenas.

As atividades acadêmicas são realizadas, integralmente, no ambiente da aldeia, em etapas mensais, itinerantes, que se revezavam entre as comunidades tremembé. Dessa forma, lideranças, pais, mães, jovens e crianças indígenas puderam participar ativamente de muitos momentos significativos do curso, tendo livre acesso às aulas ministradas.

Entre os docentes que ministraram As aulas foram ministradas por docentes vindos de diversos lugares do país, como o Cacique João Venança e o Pajé Luis Caboco, da etnia tremembé.



Brejo dos crioulos: sem mais adiamentos e protelações

SÍTIO CIMI, 06.03.2013

A Articulação das Pastorais do Campo, formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cáritas, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), vem a público manifestar sua indignação contra a morosidade no reconhecimento e na efetivação dos direitos das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais sobre os seus territórios, acarretando, com isso, sérios prejuízos às famílias.

Em janeiro deste ano, o Juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG) expediu mandado de reintegração de posse contra os quilombolas do Povoado de Araruba, que faz parte do território Quilombola BREJO DOS CRIoulos, em São João da Ponte (MG). A decisão foi em benefício de Miguel Véio Filho, proprietário da Fazenda São Miguel. O advogado dos quilombolas entrou com recurso de contestação, mas o juiz, no final de fevereiro, manteve a decisão.

A fazenda São Miguel faz parte da área quilombola Brejo dos Crioulos, de 17.302 hectares, e onde vivem 512 famílias. Nove fazendeiros têm 12 propriedades e ocupam 13.290 hectares desta área, 77% do território. Durante 12 anos tramitou nos órgãos governamentais o processo de reconhecimento e titulação da área quilombola e, mesmo já concluído, não era assinado. No final de setembro de 2011, duzentas famílias acamparam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, exigindo a desapropriação da área, de ocupação centenária.

Alguns se acorrentaram em frente ao Palácio, gritando que enquanto não tivessem a área, continuavam presos à escravidão. Só depois desta manifestação é que, no dia 29 de setembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto de desapropriação.

Mas entre a desapropriação e sua efetiva execução há um longo caminho a ser percorrido. Um ano depois, os fazendeiros continuavam na área desmatando, aumentando o número de animais nas pastagens e mantendo jagunços. Para pressionar o Incra, em setembro de 2012, 350 famílias ocuparam três fazendas de um mesmo proprietário, que abrangem aproximadamente 2.100 hectares. Houve confronto com os pistoleiros e um deles acabou morrendo. Imediatamente cinco quilombolas foram presos e continuam presos até hoje, mais de 150 dias depois, sem qualquer prova concreta do seu envolvimento na ação.

Neste entremeio, os quilombolas voltaram a Brasília, quando o Incra lhes garantiu que até dezembro de 2012 seriam desapropriadas seis fazendas, entre as quais a São Miguel, ficando as demais para 2013.

Às vésperas do Natal, como o Incra não havia encaminhado nada de concreto, os quilombolas do povoado de Araruba ocuparam a fazenda São Miguel. O juiz federal, sem tomar conhecimento do Decreto de Desapropriação da presidenta da República, desengavetou um processo de 2009 e emitiu a ordem de despejo contra os quilombolas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 040 / 2013

Brasília, 07 de março de 2013.

Esta decisão é mais um capítulo de uma longa e conhecida história de como o direito dos quilombolas, dos indígenas e de outras comunidades tradicionais são tratados neste país. São inúmeros os obstáculos a vencer para se chegar ao reconhecimento dos direitos destas comunidades sobre seus territórios. Mas, entre o reconhecimento deste direito e sua efetiva realização, um novo e penoso caminho tem que ser percorrido em confronto com os mais diversos interesses e com a cobertura de diversos órgãos públicos.

Diante disto, a Articulação das Pastorais do Campo exige do poder Judiciário que garanta os direitos previstos em lei aos cinco quilombolas presos. Por que o instituto do habeas corpus não é aplicado a estas pessoas, como se aplica normalmente a quem tem recursos econômicos?

Ao mesmo tempo exige que o Incra execute imediatamente a desapropriação da área do Brejo dos Crioulos, assinada pela presidenta da República, retirando todos os que ilegalmente a ocupam, para que os quilombolas possam desfrutar em segurança e paz de seu território, como lhes garante a Constituição Federal. Não se pode aceitar, de forma alguma, a qualquer título, adiamentos e protelações que só alimentam a violência.



Comunidade Pataxó faz retomada em área de ocupação tradicional

SÍTIO CIMI, 06.03.2013

Cerca de 900 índios Pataxó da aldeia Coroa Vermelha, em Porto Seguro, extremo sul da Bahia, retomaram nesta terça-feira, 5, uma área de 4.100 hectares usada por um empresário como campo de pouso de pequenas aeronaves - dentro do território tradicional reivindicado pelos Pataxó.

No território funciona uma Área de Preservação Ambiental (APA). Porém, mesmo assim é grande a invasão de pessoas não-indígenas devido à localização: norte da rodovia BA-001, que liga Porto Seguro a Santa Cruz de Cabrália. Uma equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia se deslocou para o local, além da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai de Porto Seguro, na pessoa de Irajá Pataxó.

A área retomada pelos Pataxó apresenta vegetação de restinga costeira, com remanescentes de flora e fauna de Mata Atlântica e manguezais ameaçados por empresários do setor de turismo e de hotelaria. Os Pataxó temem a destruição da vegetação, assim como ocorreu em Coroa Vermelha.

A APA Coroa Vermelha, reivindicada pelos indígenas como território tradicional, abrange parte da zona costeira dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Foi criada em 1988 a fim de garantir a preservação dos recursos naturais, ao lado do desenvolvimento de atividades turísticas. Hoje em dia convive com conflitos ambientais, depósitos irregulares de lixo, extração ilegal de areia, ocupação desordenada do solo e desmatamento.

Jonga Pataxó afirma que a retomada é para garantir a proteção da vegetação nativa e da terra tradicional. Iracema Pataxó e Poa Pataxó dizem "que a presença dos Pataxó neste local é para garantir a proteção da área contra os invasores que querem usar a terra para construção de hotéis, pousadas, e a especulação imobiliária". Como a área está dentro do território reivindicado, os Pataxó afirmam que vão resistir até o fim e não vão ceder as terras para invasores.



Emater capacita índios Munduruku na produção de farinha e seus derivados

SÍTIO AGENCIAPARA, 06.03.2013

Trinta famílias indígenas da etnia Munduruku, em Jacareacanga, oeste do estado, participam até a próxima sexta-feira, 8, de uma oficina sobre a cultura de farinha de mandioca e seus derivados. Ministrado por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), com duração de 40 horas, o curso acontece na Aldeia Jacarezinho, a 20 quilômetros da sede do município, com acesso apenas pelo rio Tapajós.

Distribuído em duas etapas, o curso envolve módulos teóricos e práticos. As instruções abordam desde as técnicas de cultivo, plantio, espaçamento e manejo adequado da cultura, até a comercialização do produto. Todos os processos são realizados por meio da Emater em parceria com a Prefeitura Municipal de Jacareacanga. A aldeia tem hoje cerca de cinco hectares de área plantada de mandioca, com produtividade de 10 toneladas por cada hectare. Com a adoção das técnicas de cultivo pelos indígenas, a Emater pretende dobrar a produtividade da lavoura.

Essa é a primeira vez que um curso com esta finalidade chega à aldeia Jacarezinho. A farinha de mandioca, considerada um gênero de primeira necessidade pelos Munduruku, não era fabricada adequadamente por conta da forma com que o material era processado e também pelas técnicas de cultivo adotadas, o que comprometia o valor nutricional. A farinha produzida pelos índios para o consumo tinha cor escura e sabor azedo.

Na prática, os indígenas aprendem a forma ideal de fazer a farinha e o procedimento da lavagem da mandioca para a retirada total da sujeira, com intuito de garantir um produto de qualidade e sabor agradável. O excedente da farinha processada na aldeia já tem destino garantido. Com o apoio da Emater, o produto será direcionado à comercialização nos supermercados de Jacareacanga, onde o quilo será vendido a R\$ 4,00.

O cacique da aldeia, Osmarino Munduruku, disse que a capacitação tem grande importância para a comunidade indígena não apenas do ponto de vista do beneficiamento da mandioca, mas, sobretudo devido ao processo de pubagem (amolecimento) da raiz do tubérculo. "Antes jogávamos tudo no rio, hoje fazemos isso em caixas d'água", explicou. Segundo Raimundo Delival, da Emater, o processo de pubagem feito no rio acabava poluindo as águas. "Orientamos os indígenas a comprar as caixas. Agora eles deverão adquirir outros materiais que ajudem a garantir um melhor processamento da mandioca", enfatizou o técnico.

Outros cursos de produção e beneficiamento de farinha e seus derivados já estão programados para ocorrer até o final deste ano. A próxima aldeia a ser contemplada será a Kató, a dez horas de barco da sede de Jacareacanga. O curso começa em 8 de abril. Até o final do ano, a Emater estima a capacitação de 300 indígenas.



Funai inicia cadastro de moradores não índios em Mato Castelhana

SÍTIO ONACIONAL, 06.03.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou ontem o trabalho de cadastro dos moradores não índios residentes nas áreas apontadas como tradicionalmente indígenas no município de Mato Castelhana. As duas equipes de trabalho utilizam sistema de localização via satélite com o uso de um aparelho de GPS. Os servidores da Funai foram acompanhados de agentes da Polícia Federal na manhã de terça-feira.

O trabalho consiste na realização de cadastro das famílias que moram em áreas apontadas por um levantamento antropológico da Funai como tradicionalmente indígena. Embora os servidores não tenham acesso aos relatórios e mapas que compõem o processo, a área de cadastro é definida pela identificação das coordenadas geográficas com o uso de GPS. Em cada residência os moradores são identificados e respondem a um questionário.

Após o cadastro das famílias e a compilação dos dados, deve ser publicado o edital com as áreas apontadas como tradicionalmente indígenas. Do início do trabalho de cadastro até a publicação do edital, devem transcorrer no mínimo 30 dias. A partir da divulgação, se inicia o período, de no mínimo 90 dias, para os agricultores apresentarem a contestação.

Cadastro

Os servidores não tem um número exato de residências a serem cadastradas, mas estima-se que cerca de 180 famílias devam residir na área delimitada. A orientação é de que os produtores tenham em mãos documento de identidade, a matrícula da terra ou pelo menos um comprovante de compra e venda do imóvel. Além de identificar as coordenadas de cada imóvel, os servidores da Funai fotografam as principais benfeitorias de cada área de terra.



Casas populares estão prestes a desabar, alerta vereador indígena

SÍTIO FOLHADEDOURADOS, 06.03.2013

Casas populares construídas na reserva indígena de Dourados estão em ruínas, alertam autoridades políticas. As residências entregues em 2008 às famílias das aldeias Jaguapirú e Bororó, foram construídas, aparentemente, com material de baixa qualidade e estão prestes a cair, afirmou o vereador Aguilera de Souza, representante indígena.

Nesta quarta-feira, ele participou juntamente com os vereadores membros da Comissão de Habitação da Câmara Municipal, Raphael Matos, Pastor Cirilo e Beбето, de uma visita ao local. O grupo constatou que cerca de 60 das 400 casas apresentam situação de emergência, com diversas rachaduras, portas dobradas e buracos na parede.

"Nossa equipe de assessores estava colhendo informações sobre as demandas da aldeia, quando notamos que as casa construídas pelo Governo Federal em parceria com a o Estado e a Administração Municipal, estavam prestes a cair. Acredito que não vão durar muito tempo, pois foram entregues há cinco anos e já estão assim", disse Aguilera.

Vereadores conversaram com famílias que estão preocupadas com a situação de seus lares. Foto: Divulgação O grupo fará um relatório minucioso a fim de descobrir o motivo que levou a estrutura das casas a se comprometer em tão pouco tempo, assim como tentar acionar os responsáveis. "Vamos enviar uma documentação às autoridades em busca de uma solução, seja com reformas, ou seja com novas construções", explicou o vereador.

"Já passou certo tempo desde o fim das obras, mas vamos tentar acionar a empresa responsável, assim como o engenheiro que deveria acompanhar todo processo. Isso não está certo; o que me preocupa é que as famílias que estão nessas casa só podem ser cadastradas novamente em projetos semelhantes daqui a 30 anos", destacou.

Aguilera ainda lembra que, juntamente com a Comissão de Habitação, vai fiscalizar a edificação de outras 440 casas que serão feitas pela prefeitura. "São 200 para a aldeia Jagupirú, 200 para a Bororó e mais 40 para o Panambizinho. Os trabalhos começam nos próximos meses, e estaremos de olho para ter certeza de que as casa serão erguidas com qualidade".



ONG leva livros para as comunidades ribeirinhas da Amazônia

SÍTIO FOLHA, 06.03.2013

A ONG Vaga Lume, sediada na Vila Madalena, em São Paulo, distribui há dez anos livros para as comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal, isto é, no território brasileiro compreendido pela Floresta Amazônica. São pequenos povoados espalhados na imensidão da bacia hidrográfica, alguns a 6 ou 7 horas de barquinho da cidade mais próxima.

Conheça o site

[Arquitetura da Convivência](#)

A ONG atua em mais de 200 comunidades e presenciou a transformação de algumas delas de vilinhas pobres e esquecidas em comunidades vibrantes e organizadas. Hoje, esses lugares reivindicam dos políticos oportunistas uma moenda comunitária, um barco para levar as crianças à escola, ou uma antena para rádio.

Acreditando no enorme sucesso e potencial de transformação que as "jovens Vagalumes" e a leitura trazem a esse mundo tão longínquo de brasileiros nas nossas florestas, desenhemos para eles uma biblioteca modular. Partimos da estante de livros originalmente distribuída e, usando a técnica nativa das palafitas, criamos uma construção arejada e aberta que abrigará os livros e os encontros da comunidade.



"Há um longo caminho para que o direito do indígena seja garantido", diz Joênia
SÍTIO EBC, 06.03.2013

Joênia Batista de Carvalho, ou simplesmente Joênia Wapixana, é uma índia guerreira. Mas suas batalhas não são travadas utilizando o arco e a flecha. A sua arma é a palavra, a lei e a Constituição Federal. Ela é a primeira advogada indígena do Brasil e se dedica a causas que envolvem o seu próprio povo. Quando formou-se em 1997 pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Joênia iniciou um trajetória de constantes quebras de paradigmas. No mês passado, ela se tornou a primeira presidenta da recém-criada Comissão Nacional de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (CNDDPI) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme noticiou a Radioagência Nacional:

Para a advogada, o judiciário precisa se esforçar em compreender a cultura indígena. Exatamente por isso, ela não abre mão dos elementos culturais do seu povo. Em 2008, Joênia escreveu mais uma vez seu nome na história: a primeira advogada indígena a defender oralmente uma causa no Supremo Tribunal Federal (STF). Ela se apresentou para o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol vestindo uma bata e trazendo no rosto uma pintura que simboliza "força e lealdade". Num ambiente onde ministros políglotas apresentam fluência em inglês, francês ou alemão, os presentes foram surpreendidos por uma saudação em wapixana.

Em uma breve entrevista para o Portal EBC, Joênia falou sobre a importância de sua trajetória e a luta pelo reconhecimento dos direitos dos indígenas:

EBC: Você é a primeira advogada indígena do Brasil. O que isso significa para você?

JW: Significa que os povos indígenas estão ocupando espaços e na área jurídica isso é fundamental. Existem ainda muitos casos de conflitos agrários, opressão às mulheres indígenas, exploração da mão de obra, etc. Muitas vezes, os julgamentos ocorrem envolvendo somente atores que desconhecem a nossa cultura. Aos poucos, nós vamos conseguindo apresentar nossas pautas junto ao judiciário. Em 1997, eu me tornei a primeira advogada indígena, mas hoje já somos mais de 20 em todo o Brasil. Ainda é pouco, mas demonstra um interesse da comunidade indígena.

EBC: Você representa a luta pelos direitos indígenas e, ao mesmo tempo, está bastante integrada à sociedade não-indígena. Como conciliar tradições tão diferentes?

JW: O contato com minha família e meu povo é constante. Não importa se estou numa metrópole ou no interior. Hoje vivo em Boavista, em Rondônia. É uma capital pequena. Mas a cultura não é um lugar territorial. Você carrega consigo as suas crenças, os seus costumes e as suas tradições. É por isso que quando me deparo com um processo judicial, eu o interpreto segundo a visão da minha cultura. O respeito à diferença e a preservação da cultura indígena são princípios presentes na Constituição. Mas ainda há um longo caminho para que o direito do indígena seja plenamente garantido. A justiça tem se guiado por uma noção ocidental. A visão da cultura indígena sobre a posse da terra, por exemplo, não tem sido considerada.

CONT.

EBC: O que a mulher indígena pode comemorar neste Dia Internacional da Mulher?



JW: Acho que é um dia mais para refletir do que para comemorar. É uma oportunidade para compartilharmos com a sociedade as questões ligadas à mulher indígena. O panorama já não é o mesmo de anos atrás. As perspectivas são melhores. O próprio fato de você estar me concedendo esse espaço demonstra um reconhecimento do povo indígena. Não faz muito tempo que os meios de comunicação nos ignoravam, como se a história do Brasil tivesse sido construída somente a partir de dois povos, sem a participação do índio. Esse reconhecimento foi obtido através da determinação do povo indígena e também da mulher indígena. Mas ainda não é um reconhecimento pleno e é por isso que precisamos refletir sobre essa data.



Exames vão apontar se índia foi estuprada

SÍTIO UOL, 06.03.2013

O corpo da índia de apenas 11 meses, que morreu na noite de ontem (05) em Nova Laranjeiras, foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) de Cascavel nesta manhã (06). Há desconfiança de que ela tenha morrido em consequência de abuso sexual e o pai é o principal suspeito.

O corpo da criança apresenta muitas marcas, algumas aparentam não serem recentes. Outras parecem serem decorrentes de feridas. Exames estão sendo realizados pelo médico do IML.

O caso chegou ao conhecimento da Polícia Militar, que foi acionada no hospital para onde a menina foi levada pela família. Ela chegou ao local morta e o médico de plantão atestou que a criança tinha sangramento e edemas na região genital.

A mãe do bebê apontou o marido e pai da vítima, Jocelino Rekag Fernandes, 19 anos, como autor do crime. Ele foi capturado e levado à Polícia Civil, mas acabou liberado.

O delegado Adriano Chohfi informou que não há provas suficientes para mantê-lo preso e que depende do exame do IML para saber se houve mesmo abuso sexual. Ele disse que além de o pai poder ser preso por causa da violência, a mãe também pode caso seja confirmado maus-tratos.

Um tio da menina esteve no IML para a liberação do corpo. Ele conta que estava na aldeia quando os agentes de saúde chegaram e comunicaram o que tinha acontecido.

“Quando o carro da saúde chegou para buscar os documentos dele achei que era pra levar ele para Curitiba, porque ele esteve doente, de repente eles falaram que a filha dele morreu. Não sei o que aconteceu, não sei se meu irmão fez isso. Ele é um pouco violento, quando bebe fica violento”, comenta Jocimar Fernandes.



OIT questiona governo brasileiro sobre projetos em terras indígenas

SÍTIO DOMTOTAL, 06.03.2013

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, no final de fevereiro, novo informe do Comitê de Peritos responsável por examinar a aplicação de convenções e recomendações da OIT pelos Estados-Membros. Entre as normas ratificadas pelo Brasil, a que trata da questão indígena reúne a maioria dos comentários e solicitações que são feitas diretamente pelos especialistas ao Governo brasileiro.

O Brasil entregou seu último relatório para avaliação em setembro de 2012. Após estudar as informações fornecidas, os peritos solicitaram que o Brasil passe a incluir o relato de interlocutores sociais e das organizações indígenas nos relatórios seguintes.

Consulta de povos indígenas não está regulamentada

Além disso, o Comitê pede um maior detalhamento do processo de regulamentação da consulta prévia, medida prevista na Convenção 169 da OIT para garantir o direito de povos indígenas e tribais de definirem suas prioridades de desenvolvimento para as terras que ocupam.

A Convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002. Mas data de janeiro de 2012 a iniciativa do Governo de estabelecer um grupo de trabalho interministerial para a elaboração da proposta de regulamentação do direito de consulta prévia, com previsão de ser apresentada em 2014.

Falta de informações

No capítulo sobre o Brasil relacionado à Convenção 169, são comentados dez temas. Entre eles, grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco, a base aérea em Alcântara no Maranhão, assim como questões polêmicas como a demarcação de terras dos povos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

"A Comissão convida o Governo a indicar a maneira prevista para garantir a proteção efetiva dos direitos das comunidades indígenas nas terras que ocupam tradicionalmente e que serão afetadas pela construção da usina hidrelétrica", diz um trecho referente ao projeto de Belo Monte.

Os peritos pedem que o Governo explique quais medidas foram usadas para conseguir o consentimento livre e consciente dos povos indígenas sobre possíveis remoções e indenizações.

Sobre a transposição do Rio São Francisco, os especialistas cobram informações sobre os processos judiciais que questionam a obra, inclusive o que tem análise pendente sobre a constitucionalidade do projeto. Já sobre os Guarani-Kaiowá, são solicitadas informações sobre o plano de segurança pública implantado pelo Governo para proteger as comunidades.

CONT.



Os especialistas também questionam sobre a remoção consentida e informada de povos quilombolas na base de lançamento da empresa Alcântara Cyclone Space, no Maranhão. O Ministério Público Federal denunciou em 2003 que a realocação da população afetada havia ignorado direitos internacionais. Em 2011 o Governo informou que o processo de demarcação não havia sido concluído, e que o processo judicial segue em curso.

O documento publicado pela OIT, uma organização com representação de governos, empregadores e trabalhadores, conta com a participação de membros da sociedade civil. Já o Comitê de Peritos é um órgão independente composto por 20 juristas, entre eles o brasileiro Lelio Bentes Corrêa, Juiz do Tribunal Superior do Trabalho.

Estudo Geral

O Comitê de Peritos também publica anualmente um estudo geral sobre a legislação e a prática nos Estados-Membros sobre um tema escolhido pelo Conselho de Administração da OIT.

Este ano, o estudo geral aborda as relações laborais e na negociação coletiva na administração pública. Os estudos gerais são realizados com base nas memórias recebidas dos Estados-Membros e nas informações comunicadas pelas organizações de empregadores e de trabalhadores.



ALMG é repudiada por não incluir MS nas discussões indígenas

SÍTIO UOL, 06.03.2013

O deputado estadual Zé Teixeira (DEM) repudiou nesta quarta-feira (6/3) a atitude da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que realizou no dia 13 de dezembro do ano passado uma audiência pública para discutir a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e não convidou nenhum parlamentar do Estado.

Na tribuna, Zé Teixeira solicitou que a Mesa Diretora encaminhe um relatório ao legislativo mineiro, informando todas as ações da Assembleia de Mato Grosso do Sul relacionadas às questões indígenas. "Tratamos este assunto com muita seriedade e competência. Infelizmente, as decisões não partem daqui. O Governo Federal é quem tem a caneta para decidir e também é responsável pela tutela dos índios", disse.

Teixeira leu o trecho da fala de um dos deputados mineiros em que crítica a situação dos índios em MS. "Estão dizendo mentiras, apresentando Mato Grosso do Sul como um Estado que mata os índios, isso é um absurdo. De 2006 a 2011 foram mortos 196 índios, sendo que em 181 destes casos os autores foram os próprios índios. Queremos respeito e consideração. Uma comissão sul-mato-grossense deveria estar presente naquela audiência para responder as injúrias e mentiras ditas", afirmou.

As notas taquigráficas da audiência em Minas Gerais foram encaminhadas para diversas instituições, entre elas a Presidência da República, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Os deputados mineiros também pediram ao Ministério da Justiça a presença da Força Nacional na região onde estão as aldeias e famílias das comunidades Guarani-Kaiowá. Além disso, solicitaram a inclusão dos índios ameaçados no Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.



Índios Pataxó expõem artesanato em VG
SÍTIO ODOCUMENTO, 06.03.2013

Os índios da etnia Pataxó Coroa Vermelha, do município Santa Cruz Cabrália (BA), estarão expondo, de 06 a 20 de março, seus trabalhos em frente à igreja Nossa Senhora do Carmo, em Várzea Grande. Reconhecidos nacionalmente pela criatividade e belo acabamento em suas peças, o artesanato Pataxó é destaque pelos artefatos de madeira. Essa cultura é passada de pai para filho, por várias gerações.

Através do canto e da dança, o povo adquire energias da terra, do ar, da água, do fogo e de todas as energias positivas que formam a natureza. Durante a permanência dos índios, haverá apresentações da cultura Pataxó.

Assim como os rituais de canto e dança (o Awê - o mais famoso), a pintura e a medicina baseada em plantas (raízes, cipós, folhas, sementes, casca de madeiras, resinas, etc).

O evento é uma oportunidade única para os artesãos e comunidade em geral, conhecer mais sobre a tribo, das terras de Jorge Amado.



Índios Pataxó afirmam que vão resistir até o fim e não vão ceder as terras

SÍTIO TOP, 06.03.2013

Cerca de 900 índios Pataxó da aldeia Coroa Vermelha, em Porto Seguro, extremo sul da Bahia, retomaram nesta terça-feira, 5, uma área de 4.100 hectares usada por um empresário como campo de pouso de pequenas aeronaves - dentro do território tradicional reivindicado pelos Pataxó.

No território funciona uma Área de Preservação Ambiental (APA). Porém, mesmo assim é grande a invasão de pessoas não-indígenas devido à localização: norte da rodovia BA-001, que liga Porto Seguro a Santa Cruz de Cabrália. Uma equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia se deslocou para o local, além da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai de Porto Seguro, na pessoa de Irajá Pataxó.

A área retomada pelos Pataxó apresenta vegetação de restinga costeira, com remanescentes de flora e fauna de Mata Atlântica e manguezais ameaçados por empresários do setor de turismo e de hotelaria. Os Pataxó temem a destruição da vegetação, assim como ocorreu em Coroa Vermelha.

A APA Coroa Vermelha, reivindicada pelos indígenas como território tradicional, abrange parte da zona costeira dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Foi criada em 1988 a fim de garantir a preservação dos recursos naturais, ao lado do desenvolvimento de atividades turísticas. Hoje em dia convive com conflitos ambientais, depósitos irregulares de lixo, extração ilegal de areia, ocupação desordenada do solo e desmatamento.

Jonga Pataxó afirma que a retomada é para garantir a proteção da vegetação nativa e da terra tradicional. Iracema Pataxó e Poa Pataxó dizem "que a presença dos Pataxó neste local é para garantir a proteção da área contra os invasores que querem usar a terra para construção de hotéis, pousadas, e a especulação imobiliária". Como a área estar dentro do território reivindicado, os Pataxó afirmam que vão resistir até o fim e não vão ceder as terras para invasores.